

Poder Público e Violência: o trânsito, mais um desafio

Luiza S. Heimann, Lauro C. Ibanhes, Iracema E. Castro, Jorge Kayano, Virginia Junqueira, Jucilene L. Rocha, Roberta C. Boaretto, Renato Barboza, Carlos T. Cortizo¹

As estatísticas mundiais de mortes no trânsito são impressionantes, pois mostram um quadro extremamente negativo onde os acidentes lideram o ranking de mortes violentas por causas externas, seguidos dos homicídios.

Em 2004, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elegeu os acidentes de trânsito como tema do Dia Mundial da Saúde por considerá-los como um problema de Saúde Pública, merecendo atenção das autoridades e da população em geral. Além de ser uma das principais causas de morte, deixam um grande número de pessoas permanentemente incapacitadas, representando um custo enorme para toda a sociedade. A OMS destaca que a maioria dessas mortes ocorre em países em desenvolvimento e entre pedestres, ciclistas e usuários de transportes coletivos.

Estudo divulgado pela OMS e pelo Banco Mundial (2003)¹ compara os dados mais recentes fornecidos pelos países entre 1992 e 2002. Na análise desses dez anos, o Brasil aparece em segundo lugar entre os países com maior número de mortes no trânsito. O relatório ainda estima que o número de acidentes poderá superar os casos de aids e os acidentes vasculares, como uma das principais causas de morte no mundo até 2020.

No Brasil, 75% dos acidentes são causados pelo condutor, resultado do consumo abusivo de álcool, sonolência ou imprudência.² Vale destacar que a violência no trânsito ocorre de forma generalizada, envolvendo motoristas, pedestres, passageiros de transporte coletivo, ciclistas e motociclistas. Entre os grupos mais vulneráveis estão as crianças, os idosos e as pessoas com dificuldades de locomoção.

O número de mortes em acidentes de trânsito no Brasil aumentou 7,2% entre os anos de 2001 e 2002,

de acordo com os últimos dados da Secretaria de Vigilância em Saúde, órgão do Ministério da Saúde. Em 2001, morreram 30.527 pessoas em acidentes de trânsito e, no ano seguinte, esse número aumentou para 32.730.³

No estado de São Paulo, segundo dados do Sistema de Informações em Mortalidade (SIM), no ano de 2002, os acidentes de trânsito foram responsáveis por 6.856 mortes, representando 20,7% do total dessas causas ocorridas no Brasil. O coeficiente de mortalidade observado nesse período no estado foi 18,0/100.000 habitantes e no país 19,0/100.000 habitantes. Comparado aos Estados Unidos, o mesmo coeficiente em 2001 foi 16,3/100.000 habitantes, sendo que, neste país, o número de veículos per capita é muito maior que o verificado em nosso meio.

Quanto ao perfil das mortes, em 2002, observou-se para o estado de São Paulo que 82% ocorreram na população masculina. Do total de vítimas, 26,3% eram pedestres e ciclistas. A taxa de mortalidade hospitalar foi de 5,1 para cada 100 óbitos, sendo maior que a encontrada no conjunto das causas externas.

¹ Pesquisadores do Núcleo de Investigação em Serviços e Sistemas de Saúde

² Relatório da OMS sobre Impactos da Violência no Trânsito no Mundo. Disponível em <http://www.who.int>

³ <http://www.ajudabrasil.org/noticias.asp?idnoticia=47>

⁴ <http://www.samauma.com.br/samauma/g004mortestransito.htm>

⁵ Aglomerações urbanas são grandes manchas urbanas contínuas no território, compostas por mais de um município com elevado grau de integração, resultantes do processo de crescimento das cidades, ou conjunto de cidades. Foram consideradas quarenta e nove aglomerações urbanas brasileiras que seguiram a classificação adotada na pesquisa "Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil", realizada pelo IPEA, IBGE e NESUR/IE/UNICAMP. Nestas áreas, concentram-se 378 municípios, além do DF, 47% da população do país e 62% da frota de veículos.

Para o mesmo período e local, na análise das internações realizadas pelo SUS, os atropelamentos foram responsáveis por 33,7% das hospitalizações. O custo destes aos cofres públicos foi de R\$ 25.675.671,00, representando internações mais dispendiosas quando comparadas a outros tipos de acidentes e violências. Em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 85% dos custos de acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas brasileiras,⁴ estão distribuídos em três componentes: perda de produção (42,8%) devido ao afastamento das atividades produtivas em caráter temporário ou permanente; custos médico-hospitalares (13,3%) e danos a veículos (28,8%).

Observa-se que as más condições das vias públicas, a falta de investimento em educação para o trânsito e a falta de transporte público de qualidade, além da fiscalização ineficaz para aplicação das normas previstas no Código de Trânsito, contribuem para agravar os acidentes.

Para redução da violência no trânsito brasileiro é imprescindível que sejam realizados investimentos para adequação das vias públicas através da engenharia de tráfego e do planejamento urbano, melhoria dos sistemas de fiscalização a motoristas infratores e a implementação de programas educativos e de prevenção continuados, mesmo considerando que os resultados somente serão alcançados a médio ou longo prazo. Porém, este é o meio mais efetivo para conscientização dos cidadãos.

É necessária, portanto, a implementação de políticas públicas intersetoriais, voltadas para segurança no trânsito, que articulem a saúde pública, a engenharia, a educação, a segurança pública, o setor privado e a sociedade civil. Quanto à atuação da área da saúde é importante reafirmar, segundo Minayo (1999), a necessidade de

“estabelecimento de instâncias que orientem e definam melhor as ações do setor em relação à demanda da violência; introdução da temática na formação da equipe de saúde, tanto no nível de sensibilização como de técnicas de atendimento.”

Referências Bibliográficas

- BEPA - Boletim Epidemiológico Paulista. *Informe Mensal sobre Agravos à Saúde Pública*. Ano 1, nº 3, São Paulo, março, 2004, acessado em 06/06/04: <http://www.cve.saude.sp.gov.br/agencia/bepa3.htm>
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Aglomerações Urbanas - Síntese da Pesquisa*, Brasília, maio 2003, acessado em 06/06/04: <http://www.ipea.gov.br/Destaques/textos/relatorio.pdf>
- SOUZA, E. R. e MINAYO, M. C. S. O impacto da violência social na saúde pública do Brasil: década de 80. In MCS Minayo (Org), *Os Muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. p. 87-116. 2ª ed., São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

